COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.275, DE 2015

Apensado PL nº 4.986/2016

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para reservar vagas em estacionamentos para gestantes, mulheres no puerpério e adultos com crianças até um ano e meio de idade.

I - RELATÓRIO

Designado por esta Comissão de Desenvolvimento Urbano para relatar o projeto em epígrafe e seus apensos, apresentamos o respectivo parecer na reunião do dia 27 de setembro de 2017.

Na apreciação do Substitutivo oferecido, o Deputado Alex Manente apresentou a sugestão, aceita pelos demais Parlamentares presentes, para reduzir de dois para um por cento o percentual de vagas reservadas nos estacionamentos públicos ou de uso público a veículos que transportem gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade.

Cumpre-nos complementar nosso voto, de modo a acatar a decisão dos nobres Pares.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Considerando a reserva generosa de vagas de estacionamento públicos ou privados de uso público para os segmentos das pessoas com deficiência de dois por cento do total, mais cinco por cento destinadas aos idosos, acatamos a decisão do Plenário desta CDU, fruto da reunião de 27 de setembro de 2017, favorável à redução de dois para um por cento do novo percentual dedicado às gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos com crianças de até um ano e meio de idade. A nova percentagem diminui a pressão pelas vagas de estacionamento, favorecendo a aplicação da medida.

O percentual de dois por cento encontra-se no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 10.098, de 2000, que “*Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*”. Para substituir o percentual vigente, a nova percentagem de um por cento deve modificar o inciso II do art. 7º da Lei referida, o qual se encontra no art. 2º do Substitutivo por mim apresentado.

Devido a inconsistência observada entre os arts. 1º e 2º do Substitutivo, mais precisamente no inciso II do art. 7º da Lei nº 10.098, de 2000, efetuamos a correção com a substituição da palavra “terceiro” pelo termo “sexto” no art. 1º, para nominar corretamente o tempo de gravidez, a partir do qual a gestante será beneficiada com vaga de estacionamento própria.

Desse modo, segue em anexo a nova versão do Substitutivo com as correções sublinhadas.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ALBERTO FILHO
Relator

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.275, DE 2015

E ao apensado, PL nº 4.986/2016

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para reservar vagas em estacionamentos para gestantes, mulheres no puerpério e adultos com crianças até um ano e meio de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamento público ou particular de uso público, para gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade.

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 10.098, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias, espaços públicos ou em espaços privados de uso público deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção, gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade.

*§ 1º As vagas a que se refere o **caput** deste artigo deverão ser em número equivalente a três por cento do total, com a seguinte distribuição:*

I – dois por cento para veículos que transportem pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção;

II – um por cento para veículos que transportem gestantes a partir do sexto mês de gravidez, mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade.

§ 2º Fica garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes para os veículos que transportem cada um dos segmentos contemplados: pessoas com deficiência; gestantes a partir do sexto mês de gravidez; mulheres no puerpério de até trinta dias pós-parto; e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade. (NR)

Art. 3º O inciso XX do art. 181 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 181. Art. 181. Estacionar o veículo:

.....
XX - nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, mulheres no puerpério e adultos acompanhando crianças de até um ano e meio de idade, sem credencial que comprove tais condições:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ALBERTO FILHO

Relator